

1 ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
2 DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3 No dia 20 de Outubro de 2014, às 14:20 horas, no auditório da Casa de
4 Direitos Humanos – Av. Amazonas, 558 – 7º andar – centro – B. Horizonte,
5 reuniram-se em plenária ordinária os conselheiros: Kátia Ferraz
6 Ferreira(C.V.I.), Clodoália Nobre Barbosa(SEPLAG), Ana Regina de
7 Carvalho(SEE), Alexander Fabian Malheiros(SES), Lindberg Ribeiro
8 Garcia(SETOP), Ana Lúcia de Oliveira(CAADE- SEDESE), Ana Lúcia
9 Henriques Grossi(SEDESE), Juliana de Melo Cordeiro Chiari(SEDESE),
10 Milton Henriques de Oliveira(ADEFOM), Marlice Ornelas(APODEM),
11 Eustáquio José de Oliveira(ADEFI), Nilson Corrêa(ADEFCAMP), Rogério
12 Araújo Souza(APAPE), Adilson Marins(Fed. APAES), Denise Martins
13 Ferreira(CRP/MG), Daisy Dias Lopes(CRESS/MG) e Renata Jacques
14 Batista(CREFONO/MG)para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1.
15 Verificação do quórum 2. Aprovação das atas da 7ª e 8ª Reuniões
16 Ordinárias 3. Relatórios das comissões temáticas 4. Informes da
17 Presidência 5. Apresentação – proposta da SEDESE – Regimento Interno
18 do CONPED – Fernanda Machado – Superintendente de Políticas de
19 Promoção de Direitos Humanos 6. Informe Geral. Justificaram ausência os
20 conselheiros: Glicélio Ramos Silva (SEC), Caio Múcio Barbosa Pimenta
21 (A.Cegos L Braille) e Maurício Alves Peçanha(ADC- Contagem). O Sr.
22 Clebert José Vieira (A. Cegos L Braille) substituiu o conselheiro Caio
23 Pimenta. A presidente Kátia deu início aos trabalhos, confirmando o
24 quórum para a reunião. Em seguida, as Atas das Plenárias de Agosto e
25 Setembro foram aprovadas. Devido não estarem presentes nas Plenárias
26 dos meses mencionados acima, houve abstenção dos conselheiros
27 Eustáquio José de Oliveira, Nilson Corrêa e Ana Regina de Carvalho na
28 aprovação da Ata de Agosto. Os conselheiros Eustáquio José de Oliveira,
29 Nilson Corrêa, Ana Regina de Carvalho e Ana Lúcia de Oliveira se
30 abstiveram de votar pelo mesmo motivo em relação à ata de Setembro. A
31 presidente apresentou o novo Conselheiro Nilson Corrêa, representante
32 da ADEFCAMP e o deu boas vindas. Logo após, a presidente Kátia passou
33 ao 3º. Ponto de pauta – Relatório das Comissões Temáticas: 1) COMISSÃO
34 DE ATOS NORMATIVOS: A presidente apresentou a Sra Fernanda
35 Machado, Superintendente de Políticas de Promoção de Direitos Humanos

36 para fazer suas considerações a respeito das propostas referentes ao
37 Regimento Interno do CONPED. A mesma mostrou as propostas
38 elaboradas pela Diretoria de Suporte e Acompanhamento de Conselhos de
39 Direito na estruturação e organização lógica dos Capítulos, Seções e
40 Artigos do Regimento Interno, bem como aproveitou o texto original em
41 grande medida, apenas reorganizando sua disposição para se obter mais
42 clareza e facilidade de consulta. A seguir, as sugestões feitas pela
43 Superintendente nos cinco capítulos que compõe o Regimento Interno:
44 CAPÍTULO I - Apresentação: Este capítulo deve definir a Natureza,
45 Finalidade e Competência do CONPED de forma completa. O art. 2 elenca
46 a competência do Conselho como um todo, tal como definido em sua lei
47 de criação, de forma a apresentá-lo ao leitor. CAPÍTULO II- Estrutura:
48 Capítulo deve discriminar os integrantes da estrutura do CONPED de
49 forma orgânica. O texto original colocava lado a lado alguns itens que
50 estão contidos em outro. Ex: Presidência e Mesa Diretora, sendo aquela
51 parte desta. CAPÍTULO II - Estrutura – Conselho Deliberativo: A eleição dos
52 conselheiros da sociedade civil ganhou capítulo próprio, visando a
53 transparência do processo. Os Artigos que tratam dos Conselheiros
54 ganharam um capítulo à parte, como forma de destacar suas
55 competências e esclarecer quando de suas substituições. A eleição dos
56 conselheiros da sociedade civil ganhou capítulo próprio, visando a
57 transparência do processo. Artigos que tratam dos Conselheiros ganharam
58 um capítulo à parte, como forma de destacar suas competências e
59 esclarecer quando de suas substituições. CAPÍTULO II - Estrutura – Mesa
60 Diretora. Processo de escolha da Mesa Diretora foi detalhado, visando:
61 efetivar a alternância entre os segmentos poder público e sociedade civil
62 entre os cargos da Mesa; esclarecer a forma do processo de escolha; os
63 artigos com as competências da Mesa e de cada um dos seus membros
64 foram preservados, com acréscimos mínimos de redação. CAPÍTULO II -
65 Estrutura – Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho. A Redação foi
66 preservada em sua grande maioria, com acréscimos mínimos.
67 Preservaram-se a definição e o funcionamento das Comissões e dos
68 Grupos, assim como as competências de seus Coordenadores. CAPÍTULO II
69 - Estrutura – Secretaria Executiva. A Redação foi preservada em sua
70 grande maioria, com acréscimos mínimos. Foram criados artigos

71 específicos para definir e distinguir a competência da Secretaria Executiva
72 como um todo, da Secretária Executiva, da Equipe Técnica e da Equipe de
73 Apoio Administrativo, por maior clareza de suas atividades. CAPÍTULO III -
74 Dos Conselheiros. Capítulo criado de forma a dar destaque ao papel e
75 responsabilidades dos Conselheiros. O artigo 44 visa a definir claramente
76 as competências dos Conselheiros. O artigo 45 procura esclarecer o modo
77 e condições de substituição de Conselheiros, aproveitando em grande
78 medida a redação original. CAPÍTULO IV - Do Processo Eleitoral. O capítulo
79 foi criado para servir de referência quando da eleição dos membros da
80 sociedade civil. Redação foi preservada em grande medida, sendo apenas
81 reorganizada. Criou-se o artigo 48, em que as datas e prazos que
82 envolvem a Comissão Eleitoral foram organizados de forma que os prazos
83 tenham como base o encerramento dos mandatos. O artigo 49 é uma
84 pequena lista de competências da Comissão Eleitoral. O artigo 50 define a
85 organização dos resultados das eleições, de acordo com a votação das
86 entidades. O artigo 51 define que o resultado das eleições é objeto de
87 uma publicação em Diário Oficial. CAPÍTULO V - Das Disposições Gerais:
88 Este capítulo não sofreu alterações, tendo apenas seus artigos
89 renumerados. A Superintendente agradeceu pela atenção e disse estar à
90 disposição para qualquer esclarecimento. Logo após, Kátia fez suas
91 colocações a respeito das proposições difundidas pela Superintendente.
92 Uma delas foi a de não ser necessário colocar que o CONPED está ligado
93 administrativamente à SEDESE, já que o governo muda, e isso pode gerar
94 alterações e posteriores desatualizações no Regimento Interno, o que não
95 é bom, já que atrasa cada vez mais o processo. A Superintendente da
96 SUBDH fez uma correção na colocação da Presidente, informando que a
97 proposta contemplada no Regimento Interno apresentado na verdade diz
98 que o CONPED está vinculado administrativamente à Secretaria de Estado
99 responsável pela Política de Direitos Humanos. Rogério interferiu dizendo
100 que durante a reunião da Comissão que aconteceu na parte da manhã, foi
101 sugerido que os conselheiros ouvissem atentamente a apresentação e
102 numa próxima reunião Extraordinária a Comissão de Atos Normativos
103 elaborasse uma proposição/documento para ser apresentado à Plenária.
104 Kátia acatou a sugestão do conselheiro, já solicitando à Conselheira Ana
105 Lúcia, Presidente da Comissão Atos Normativos, que marque tal reunião

106 para decidir sobre o assunto. Rogério reforça dizendo que serão
107 necessárias se fazer duas ou três Reuniões para resolver o assunto, para
108 que já na próxima Plenária o regimento seja aprovado. Kátia solicita à
109 Superintendente Fernanda que esteja mais próxima do Conselho na
110 finalização dos trabalhos para que não se protele mais a finalização e
111 publicação do normativo, e agradece a presença da mesma. Ana Lúcia de
112 Oliveira agradece também pela presença da Superintendente,
113 parabenizando-a pelas sugestões feitas. A conselheira fala da Reunião da
114 Comissão de Atos Normativos que será realizada para analisar as
115 propostas do Regimento Interno, e informa que a mesma vai ser aberta
116 para todos os Conselheiros, e acontecerá na data 24/11/2014, às 14:30
117 hs, na Casa dos Direitos Humanos. Ela também demonstra sua
118 preocupação por ouvir várias vezes a Subsecretária dizendo, até mesmo
119 por ofício, que a CAADE não possui assento no Conselho, e sim a SEDESE.
120 Sendo assim, Ana Lúcia de Oliveira solicita que o Conselho reveja esta
121 situação, considerando uma disparidade existir um órgão da Pessoa com
122 Deficiência no Estado e este não ter participação no Conselho. Ana Lúcia
123 Grossi interfere explicando que antigamente a CAADE era um órgão
124 autônomo, que tinha CNPJ próprio, apenas vinculado à SEDESE. E hoje, a
125 mesma passou a ser um setor da SEDESE, mas não teve alteração na
126 legislação. A Superintendente Fernanda pondera que o questionamento
127 da Subsecretária é a do Conselho possuir dois assentos da mesma
128 Secretaria, mas que com certeza a representante da CAADE possui
129 prioridade por ser da temática do Conselho. Partindo para o próximo
130 ponto de pauta. 2) COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE: O conselheiro
131 Eustáquio narrou a reunião da comissão por meio de Ata, que incluiu
132 como um dos pontos de pauta a eleição do Coordenador da Comissão de
133 Acessibilidade, em que através de um consenso, Marlice Ornelas, Nilson
134 Corrêa e Milton Henriques nomearam o conselheiro Eustáquio José de
135 Oliveira para coordenar a mesma. A Comissão de Acessibilidade sugeriu ao
136 CONPED que se faça um Ofício ao Governador eleito parabenizando-o pela
137 eleição, alertando-o sobre a questão da acessibilidade. Outro assunto
138 tratado foi a Frente Mineira da Acessibilidade, ficando decidido avaliar
139 primeiro, ações da Frente Sul Mineira de Acessibilidade. O Conselheiro
140 Nilson Corrêa vai verificar as ações e o progresso da Frente Mineira e

141 trazer a avaliação para a próxima reunião. A conselheira Denise considera
142 a ideia de mandar ofício para o Governador prematura, considerando o
143 momento não adequado para o encaminhamento. O Conselheiro Milton
144 intervém ponderando entender que não seria necessário esperar a posse,
145 já que se trata de um assunto tão relevante. A Conselheira Clodoália
146 esclarece para o Conselheiro Milton que o período de transição é mais
147 uma questão de organização interna, deixando claro sua posição em
148 relação à discussão, que o momento oportuno para se encaminhar o
149 Ofício para o futuro Governador seria no início do ano. Milton retira então
150 a proposta, mas diz esperar não se perder tempo. A presidente Kátia diz
151 que assim que o novo Governador tomar posse o Conselho enviará um
152 Ofício desejando boas vindas e sucesso em sua gestão. O conselheiro
153 Lindberg em resposta à solicitação do Conselheiro Milton sobre as más
154 condições, falta de segurança, de adesivo e falta de acessibilidade da linha
155 de ônibus Divinópolis/Belo Horizonte disse ter requerido pessoalmente ao
156 Diretor de Fiscalização do DER e ao Chefe da Divisão de Fiscalização, mas
157 que ainda não obteve resposta, mas teria uma reunião no Conselho do
158 Transporte e cobrança novamente, e posteriormente comunicaria ao
159 CONPED. 3) COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A Conselheira Denise
160 disse que em relação à Bolsa Sedese, vamos aguardar a presença do
161 Secretário conforme a Subsecretária havia indicado ou de um
162 representante na próxima Plenária, e solicita que antes da mesma, que
163 acontecerá em Novembro/2014, um técnico faça a apresentação do
164 assunto que será abordado, na própria Comissão de Políticas Públicas, já
165 que precisam de respostas e estudos técnicos, de como foi feito o
166 reordenamento, qual instrumento que foi utilizado e a proposta de
167 critérios. A conselheira pede que sejam dadas duas possibilidades de
168 agenda em data anterior à Plenária de Novembro, para que se possa ter
169 conhecimento do documento e de toda apresentação e sugere as
170 seguintes datas: 04/11/2014 ou 11/11/2014. A Superintendente Fernanda
171 ficou responsável por verificar com a Subsecretária a possibilidade da
172 realização da Reunião nas datas propostas. A Superintendente também
173 supôs que Ana Lúcia de Oliveira poderia falar mais detalhadamente sobre
174 o Reordenamento da Bolsa. Ana Lúcia de Oliveira informou que não sentia
175 a vontade para falar sobre o tema, já que o Reordenamento vem sendo

176 conduzido entre a Subsecretária e a Técnica da CAADE, Bruna Fernandes,
177 e que as informações tem sido, primeiramente, repassadas para ela. 4)
178 INFORMES GERAIS: Eustáquio informa que o Time de Basquete de Ipatinga
179 ficou em 2º lugar no campeonato Mineiro de Basquete de Roda. Denise
180 convoca a todos, em nome da Associação Mães que Informam, para a I
181 Passeata, com o nome “Sem Acessibilidade não Existe Inclusão”, dia
182 21/10/2014, na Praça Sete, às 11hs, e informa que o objetivo dessa
183 passeata é reforçar a indignação com relação aos acidentes que tem
184 ocorrido na região Metropolitana de Belo Horizonte. Milton interfere
185 ressaltando que em Divinópolis também são muitos os acontecimentos de
186 acidentes com as Pessoas com Deficiência, e que criaram uma Lei
187 Municipal, em que o trocador ou motorista devem estar em terra no
188 embarque e desembarque, fora do ônibus com fundamento em norma da
189 ABNT. Na oportunidade, o conselheiro Lindberg expôs para a plenária
190 vários dados sobre as questões de acessibilidade com base no Censo de
191 2010 e argumentou que a situação é mais grave do que se pensa. Refletiu
192 com o grupo a necessidade de que todos estes problemas sejam
193 abordados. Ana Lúcia de Oliveira informa que haverá uma Audiência
194 Pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, no dia 29/10/2014, às
195 13:30 hs, sobre Educação Inclusiva. Denise sugere como item de pauta
196 para a próxima plenária, a apresentação do Sistema da Educação Inclusiva
197 do Estado. A conselheira Ana Regina, da SEE, coloca-se à disposição para
198 explanar sobre como é a estrutura da educação inclusiva que atende a
199 pessoa com deficiência no Estado. A convidada Liliane resalta sua
200 indignação com as frotas de ônibus, em relação aos pontos de parada e
201 seus trajetos (Acessibilidade), dizendo que as Pessoas com Deficiência
202 estão sendo prejudicadas. Kátia pede para a convidada oficializar os
203 pedidos e encaminhar e-mail para que possa orientá-la. O conselheiro
204 Adilson interfere dizendo que uma forma mais rápida de resolver as
205 situações é cobrando de Conselho pra Conselho, ou seja, o Conselho
206 Estadual cobrará do Conselho Municipal. Denise disse que seria
207 interessante mandar definido por temas, já que o Conselho Municipal
208 possui uma cadeira para a BH TRANS, por exemplo. A presidente Kátia
209 encerrou a reunião, às 16:11 hs. Eu, Raíra Grazielle Fernandes Moreira,

210 Secretária Executiva do CONPED, lavrei a presente ata, que dato e assino,
211 com a revisão da 1ª Secretária Daisy Dias Lopes.

212

213 Belo Horizonte, 20 de outubro de 2014.

214

215

216 Raíra Grazielle Fernandes Moreira

217 Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com
218 Deficiência

219

220 Kátia Ferraz Ferreira (CVI-BH – presidente do CONPED)

221

222 Clodoália Nobre Barbosa (SEPLAG)

223

224 Ana Regina de Carvalho (SEE)

225

226 Alexander Fabian Malheiros (SES)

227

228 Lindberg Ribeiro Garcia (SETOP)

229

230 Ana Lúcia Henriques Grossi (SEDESE)

231

232 Ana Lúcia de Oliveira (CAADE)

233

- 234 Juliana de Melo Cordeiro Chiari (SEDESE)
- 235
- 236 Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM)
- 237
- 238 Marlice Ornelas Lúcio (APODEM)
- 239
- 240 Eustáquio José de Oliveira (ADEFI)
- 241
- 242 Nilson Corrêa (ADEFKAMP)
- 243
- 244 Rogério de Araújo Souza (APAPE)
- 245
- 246 Adinilson Marins (FEAPAES)
- 247
- 248 Denise Martins Ferreira (CR Psicologia)
- 249
- 250 Daisy Dias Lopes (CR Serviço Social)
- 251
- 252 Renata Jacques Batista (Conselho Regional de Fonoaudiologia)